

URIARTE, Urpi Montoya. Entra em beco, sai em beco, Formas de habitar o centro: Salvador e Lisboa. Salvador: EDUFBA, 2019. 367 p.

Lorena Volpini¹

O livro “Entra em beco, sai em beco”, de autoria de Urpi Montoya Uriarte, propõe uma abordagem etnográfica de espaços residenciais do centro de duas cidades: Salvador e Lisboa, cidades historicamente importantes para o mundo lusófono e para a modernidade. Como o título sugere, a etnografia não se interessa pelos espaços mais famosos e valorizados dos dois centros históricos mas se desenrola a partir de lugares de moradia, habitados por pessoas pobres, trabalhadores precarizados. São becos e avenidas (fileiras de casinhas em vielas laterais), casas construídas ao redor de pátios e habitações coletivas em casarões ocupados. Se trata de lugares pouco conhecidos, pouco visíveis aos olhos da maioria dos transeuntes, que não os conhecem, e quase intersticiais, pois surgiram do aproveitamento de lugares vazios, ou vãos, entre os muros de edifícios antigos, mais prestigiosos. Constituem permanências de estruturas espaciais do passado, mas nem por isso são espaços “parados no tempo” ou “tradicionais”. A partir deles, aliás, é possível ter um ângulo de observação interessante sobre os efeitos de processos contemporâneos — a precarização e flexibilização do trabalho, os fluxos migratórios em direção à Europa ocidental, a gentrificação de espaços tradicionalmente populares — dinâmicas que interessam essas áreas históricas, recentemente valorizadas por intervenções de renovação urbana e patrimonialização.

O livro é organizado em sete capítulos, ao longo dos quais o leitor é levado num percurso espaço-temporal entre becos

e avenidas da Baixa dos Sapateiros, em Salvador (capítulos 1-4), no pátio do Broas, em Lisboa (capítulo 5), para retornar a Salvador e conhecer um habitat que não existe mais (capítulo 6), através das memórias dos moradores expulsos do Pelourinho reformado e, por fim, os casarões ocupados (capítulo 7) em suas adjacências. Nesses percursos, ressaltam as descrições dos particulares construtivos de cada forma de habitat investigada, as ricas observações da pesquisadora, associadas à escuta atenta de tudo o que os seus moradores têm a dizer sobre a vida nesses lugares, lembranças da chegada, de como ali conseguiram um espaço para morar e suas avaliações sobre a situação atual.

Na introdução, a autora apresenta o escopo do trabalho: uma descrição e análise de formas de habitat diferentes, entendendo como habitat um processo sócio-espacial (e temporal) de implicação com coisas e pessoas. No entanto, a etnografia mostra que este processo não se limita ao interior da casa — espaço pouco adentrado nesta obra — mas é aprofundado sobretudo no tocante ao que se encontra e se vive fora das paredes do lar: as relações com os vizinhos, o compartilhamento de espaços coletivos, a deambulação nas imediações e a circulação na cidade, enfim, as oportunidades proporcionadas ao morador, com ênfase na satisfação de suas necessidades essenciais.

A etnografia sobre as avenidas da Baixa dos Sapateiros de Salvador é precedida por uma apresentação da geografia urbana do centro histórico, dados sócio-econômicos sobre sua população, um aprofundamento sobre sua antiga posição geográfico-urbana e uma história social e urbanística da Baixa dos Sapateiros, com ênfase em sua função habitacional (capítulo 1). Nessa parte, o leitor é também situado a respeito das perspectivas higienistas que influenciaram a urbanização de Salvador e ainda hoje

permeiam o urbanismo e certo senso comum sobre a cidade.

Avenidas e becos se enquadram como remanescências de um tipo habitação popular do passado (capítulo 2) quando a população pobre da cidade morava no centro, antes das mudanças demográficas e urbanas iniciadas na segunda metade o século XX. O aumento populacional, de quase 6 vezes em 50 anos, foi acompanhado pela proliferação de residências nas periferias, através de ocupações diretas e autoconstrução de barracos e casas, que se tornaram a modalidade principal de habitação popular na cidade. Entra-se nos becos e avenidas da Baixa dos Sapateiros (capítulo 3) aprendendo primeiro sobre sua aparência física, detalhes do espaço construído, situação fundiária e dados quantitativos sobre seus moradores. Segue uma descrição qualitativa dos espaços compartilhados, a partir das observações da autora: as entradas escondidas, por vezes camufladas, a intenção de limitar o acesso aos desconhecidos para salvaguardar lugares que, como muitos espaços de habitação popular em Salvador, dificilmente se enquadram nas distinções teóricas entre casa e rua, privado e público. A abordagem de como se habitam nesses espaços, a partir da voz de seus moradores (capítulo 4), leva a compreender a vizinhança como fator chave desta forma de habitar: um envolvimento recíproco cotidiano de casas e pessoas, em relações de proximidade e parentesco, onde a presença das mulheres e a matrifocalidade são características relevantes. O habitar com vizinhos nos becos e avenidas de Salvador é adotado pela autora como pedra de toque para analisar as outras formas de habitar descritas no livro. Isto se evidencia imediatamente na descrição de como se habita nos pátios lisboenses. A primeira vista estes poderiam parecer os equivalente portugueses dos becos soteropolitanos, mas acabam por revelar-se muito diferentes.

São habitados sobretudo por estrangeiros migrantes que moram no centro de Lisboa, apesar da recente valorização e difusão de locações turísticas de curto prazo, com conseqüente aumento dos alugueis. O turismo vem a ser uma faca de dois gumes para estes moradores: por um lado providencia oportunidades de emprego, por outro promove a gentrificação e a substituição de moradores de classe trabalhadora por locatários com maior poder aquisitivo, de passagem. Os habitantes do pátio são indivíduos ou famílias nucleares, sem (ou com poucos) parentes no local e sem tempo livre para encontrar-se. A análise do habitar no pátio descortina um habitar sem vizinhos onde, diferentemente dos becos baianos, as pessoas não se encontram, não compartilham o gozo dos espaços comuns, não estabelecem relações de trocas nem de controle social recíproco. No pano de fundo, estão dois elementos ligados às transformações do centro em função da aposta no turismo: a superexploração da mão de obra precária nos setores ligados ao turismo e o fato de os migrantes do sul global ocuparem postos de trabalho que a força laboral local evita, com conseqüências importantes sobre a forma de habitar dos pátios.

As políticas públicas que favorecem investimentos globais em turismo, se traduzem em mudanças significativas no espaço urbano vivido que esta etnografia aborda em sua concretude do cotidiano. Os efeitos sócio-espaciais destas transformações acabam por ampliar o campo desta investigação a um terceiro tipo de habitação: de volta a Salvador, a autora analisa o habitar nas ocupações coletivas de casarões do centro. Antes de adentrar este tema, porém, a autora introduz as memórias dos moradores expulsos da área de intervenção dos projetos de patrimonialização do centro histórico, memórias de um habitar comunitário (capítulo 6) que não existe mais, a enfatizar o valor que o habitar o centro

tem na perspectiva dos moradores. Chega-se assim à última forma analisada, um habitar que emerge de dados etnográficos sobre cinco ocupações na Baixa dos Sapateiros e suas adjacências. Em pouquíssimos casos nas ocupações observadas encontra-se um equilíbrio entre o número de moradores, espaço, organização e controle social. Poucos são esses casos em que consegue-se “habitar com dignidade”. Na maioria dos casos se trata de um habitar marcado pela indeterminação, pela insuficiência de espaço e pelo medo decorrente da violência do mundo do narcotráfico presente em alguns dos imóveis ocupados ou em suas redondezas. Se trata portanto de um habitar difícil, contra os vizinhos.

O título e a introdução do livro sugerem um trabalho baseado na comparação de formas de habitar observadas em duas cidades: Salvador e Lisboa. A etnografia, porém, acaba por organizar-se em torno de três formas de habitar principais: com, sem e contra os vizinhos, transcendendo a comparação binária originariamente prevista, para adotar uma estrutura mais complexa. Tal escolha parece decorrer da adaptação causada por um avanço analítico inesperado, mas o leitor não a encontra elaborada no texto.

Outro aspecto em que o texto é parcimonioso é a justificativa acerca da escolha comparativa entre Salvador e Lisboa. Para além das similaridades entre avenidas e pátios descritas pela autora, emerge no avançar da leitura um importante ponto em comum: em ambas as cidades se impõem os efeitos de intervenções urbanas que visam o turismo como estratégia lucrativa. Esta aposta político-econômica é um ponto relevante, que aproxima as duas cidades investigadas. Os processos sócio-espaciais apontados pela etnografia e aqui abordados estritamente a partir do locus de observação e da experiência vivida dos interlocutores apontam para (1) a remoção/expulsão de grupos populares dos centros

históricos, (2) a substituição de espaços habitativos, comerciais e serviços locais por lojas e serviços turísticos destinados a um público de alto poder aquisitivo; (3) a expansão do consumo cultural e (4) a gentrificação do gozo do patrimônio cultural imaterial e material, em ambas as cidades. Talvez, uma referência menos dispersa a esses processos ajudaria o leitor a compreender melhor, dentre outras coisas, as escolhas metodológicas do estudo.

Contudo, a obra realiza uma bem sucedida combinação de etnografia e análise sociológica que se esforça, com sucesso, de não assumir a priori compromissos teóricos que reduzam a realidade observada em função de exigências analíticas pré-estabelecidas. Ao contrário: a etnografia toma como ponto de partida o que o campo descortina aos olhos da investigadora. É justamente graças ao cuidado adotado na aproximação à perspectiva local de habitar o centro, que a autora fundamenta a afirmação do “direito à centralidade”. Este direito constitui a sustentação da importante crítica movida no texto aos processos de remoção/expulsão da população pobre dos centros de Salvador e Lisboa e aos programas de habitação social do governo brasileiro, pela sua inadequação a resolver o deficit de habitação para famílias pobres que dependem da centralidade para satisfazer suas necessidades.

Além da qualidade e originalidade da perspectiva desta obra, o que torna esta publicação particularmente bem-vinda é também a relativa escassez de etnografias em português sobre a vida urbana de Salvador, cujo centro histórico figura nos roteiros turísticos globais, mas é desconhecido por grande parte dos soteropolitanos. Trata-se de uma contribuição valiosa também porque aborda o centro de Salvador para além das fronteiras da área UNESCO do Pelourinho, alvo de um número maior de estudos, também por conta do histórico das intervenções estatais.

Além disso, considera-se de interesse ler uma perspectiva soteropolitana (ainda que “de adoção”, como a autora esclarece) sobre a Salvador contemporânea, num panorama editorial nacional em que se sobressaem publicações sobre as duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, o que pode alimentar tendências generalizadoras de perspectivas particulares, em detrimento de avanços no conhecimento da urbanidade brasileira a partir de outras regiões e grandes cidades do país.

Notas:

1 Doutora e mestra em Antropologia pelo PPGA/UFBA, possui graduação em Direito Comparado pela Università degli Studi di Firenze (Itália). É pesquisadora do grupo “Panoramas Urbanos: grupo interdisciplinar de estudos urbanos” da FFCH da UFBA e interessa-se pela antropologia urbana e antropologia do Estado. E-mail: lorenavolpini@gmail.com.